

VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ nº 41.570.356/0001-48

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83.332	26.105
Contas a receber de clientes	6	61.350	102.037
Estoques	-	4.973	6.751
Tributos a recuperar	7	13.529	12.455
Crédito de consórcio	8	2.470	15.153
Outros ativos	-	2.629	9.331
Total do ativo circulante		168.483	171.632
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	13.653	-
Aplicações financeiras	5	4.784	34.476
Tributos diferidos	19	39.269	39.270
Imobilizáveis	10	440.522	558.123
Direito de uso - Arrendamentos	13	9.901	8.919
Intangível	-	1.922	2.048
Total do ativo não circulante		510.057	636.895
Total do ativo		678.540	808.527

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Notas	Subscrito	Capital Social	Reserva de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		239.167			
Prejuízo do exercício		-	-	-	(160.771)
Adiantamento para futuro aumento de capital		2	-	5.617	(5.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		239.169		5.617	158.593
Prejuízo do exercício		-	-	-	(160.771)
Aquisição de ações em tesouraria		-	(390)	-	(390)
Aumento de capital		296.566	-	-	296.566
Custo com transações de capital		-	(2.472)	-	(2.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		535.735		(390)	(237.440)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (Companhia) tem como principal atividade a locação de máquinas e equipamentos para construção, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos e aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro categoria "B" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituída em 30 de março de 2021, e entrou em operação em abril do mesmo ano, estando sediada na cidade de Indaiatuba/SP. A Diretoria da Companhia aprovou a conclusão destas demonstrações contábeis em 03 de abril de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base para preparação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com: (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contábeis brasileiras e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e (ii) em conformidade com as normas contábeis internacionais ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, apoiadas no julgamento da administração para determinação do valor justo. Os passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são reconhecidos pelo custo de transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. Mensuração subsequente: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado diretamente no momento da mensuração. 2.2. Declaração de relevância: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica CPC/47. 2.3. Declaração de continuidade: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 237.440 mil (R\$ 76.669 mil em 31 de dezembro de 2024). Como parte do processo para reavaliar esse cenário, em outubro de 2025 foi iniciado o processo de reestruturação da Companhia através de uma operação que compreendeu, entre outros assuntos, um aumento de capital de R\$ 250.764 a partir da troca de 407.188.922 ações por dívida entre os debenturistas e a holding, as referidas ações estão alienadas fiduciariamente em nome dos debenturistas. Além disso, também em outubro de 2025, o capital social foi aumentado em R\$ 296.566 mil, em decorrência da conclusão da operação em 19 de setembro de 2025, ocorreu, no exercício de 2025, a mudança de controle acionário da Companhia, com a Volcon Holding S.A. assumindo sua posição como acionista controladora. Na data de emissão dessas demonstrações contábeis e conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia está em conformidade com as cláusulas de resgate das dívidas ("Covenants"). Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das atividades operacionais da Companhia. 2.4. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores apresentados em outras moedas contábeis apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida, em conformidade com o CPC 47, quando a Companhia satisfaz os critérios de reconhecimento de desempenho identificadas nos contratos com clientes, mediante a transferência de controle dos bens ou serviços, excluindo desmontes, abatimentos e impostos ou encargos sobre a locação. Receita de eventos: Serviços, como manuseio de equipamentos, quando existentes, possuem caráter essencialmente acessório aos serviços de locação de máquinas e equipamentos e não são tratados como obrigações de desempenho separadas, uma vez que não são distintos da locação. Dessa forma, a respectiva receita é reconhecida conjuntamente à receita de locação, ao longo do prazo dos contratos, conforme o regime de competência. Receitas de aluguel: A Companhia registra suas receitas com base no regime de competência. Suas operações com locação de equipamentos tem o valor estabelecido no contrato de aluguel e a receita é reconhecida no andamento do contrato, conforme definido em contrato, independentemente da forma de recebimento. A receita de locação de máquinas e equipamentos decorre de contratos de locação nos quais a Companhia atua como locadora, classificadas contabilmente de acordo com o CPC 06 (R2). A receita é reconhecida de forma linear ao longo do prazo dos contratos com base no regime de competência. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Receita de venda de máquinas e equipamentos: A receita de venda de máquinas, equipamentos e outros bens contábeis é reconhecida na locação de equipamentos. A obrigação de desempenho da Companhia nesses contratos consiste na entrega dos bens ao cliente. A receita é reconhecida no momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho, o que ocorre, em geral, com a transferência da propriedade dos bens ao cliente, normalmente na entrega dos produtos. 3.2. Tributos: Imposto de renda e contribuições: A receita de vendas, serviços, tributos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substantialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões de imposto de renda e contribuições são alíquotas de 15%, 25% e 30%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. Imposto de renda e contribuição social - Diferido: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias devedoras possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baseado no balanço de impostos diferidos. Tributos diferidos tributários estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributável diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam aproveitados. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de 15%, com o que se espera das serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e a lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o risco fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Tributos diferidos passivos: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Valor agregado que não é mais provável que seja recuperado pelo valor dos tributos sobre vendas. O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 3.3. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acessório, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados em categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). Ativos financeiros ao custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados mensualmente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou resgate no curto ou longo prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são classificados pelo meio do resultado incluem aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativo. Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro) parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo

expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (incluindo a provisão para perdas esperadas): O valor recuperável de uma transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são reconhecidos pelo custo de transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. Mensuração subsequente: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado diretamente no momento da mensuração. 3.5. Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são reconhecidos pelo custo de transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. Mensuração subsequente: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado diretamente no momento da mensuração. 3.6. Estoques: Os estoques referem-se, basicamente, ao almoxarifado de peças e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido recuperável. O custo, determinado pelo método de custo médio, é baseado no custo histórico e o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. 3.7. Imobilizado: São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e o custo de aquisição de parte do imobilizado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos imobilizados são substituídos, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção reparo for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são:

Máquinas e equipamentos 03 a 15 anos
Veículos 08 a 10 anos
Móveis, utensílios e equipamentos de informática 03 a 5 anos
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período de venda do ativo. A venda ou transferência de longo prazo, quando os ganhos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. Ativos mantidos por meio de arrendamento são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O custo líquido de depreciação de ativos é determinado quando o maior entre o valor líquido e o valor recuperável de venda. 3.10. Arrendamentos: Para os arrendamentos, a Companhia na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer a depreciação de ativos e o trabalho de uso e despesa financeira das obrigações de arrendamento. 3.11. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método de juros efetivos. Quando o valor justo de um empréstimo é maior que o valor justo reconhecido como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. 3.12. Provisão geradora de obrigações: Provisão são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia não possui processos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, é parte em processos de natureza civil e trabalhista, os quais não representam obrigações ou demandas relacionadas à recuperação de crédito, cujos riscos já estão refletidos nas demonstrações contábeis por meio da constituição de perdas esperadas associadas à inadimplência dos clientes, conforme política contábil aplicada. No âmbito trabalhista, a Companhia figura como reclamada em um número reduzido de processos trabalhistas. Quando o valor justo de uma obrigação é maior que o valor justo reconhecido como custos da transação, o valor é estimado com base em informações futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de trans

Continuação
ano e amortização em 48 parcelas mensais e consecutivas, iniciando-se no décimo terceiro mês após a assinatura dos novos instrumentos. A transação inclui, ainda, a reputação das garantias anteriormente constituídas. Ao término das operações, o saldo consolidado da dívida da Companhia passou a totalizar R\$ 323.291.112. **Operações relevantes liquidadas no exercício:** Em janeiro de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, o financiamento junto ao banco Volkswagen, no valor de R\$ 15.848, como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	578.140	630.572
Captações (I)	31.589	202.873
Encargos incorridos	90.293	92.882
Variação patrimonial	(9.402)	(15.040)
Custo de transações	(2.701)	(3.474)
Pagamento de principal	(65.801)	(265.756)
Pagamento de juros	(48.063)	(93.997)
Reestruturação de capital social	(250.246)	-
Saldo final	323.291	578.140

(I) Captações de recursos.

As principais captações da Companhia foram realizadas para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à locação. A parcela não circulante das operações contratadas tem o seguinte cronograma de amortização, por ano de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	3.871	-
2027	79.891	3.544
2028	68.847	33
2029	63.658	-
2030	34.302	-
Total	246.698	7.448

A companhia está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela companhia e incluem, entre outras: I) alteração de controle direto ou indireto; II) cessão, venda, alienação, em ou qualquer forma de transferência de bens integrantes do ativo imobilizado bruto da Emissora fora do curso ordinário dos negócios da Companhia; III) descumprimento dos termos de garantias acordados; IV) pagamento de dividendos ou quaisquer custos de distribuição de lucros aos acionistas, caso a companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias das dívidas; e v) descumprimento de índice financeiro (covenant) medido pela relação "Divida Líquida/EBITDA", que deve corresponder a um valor menor ou igual a (a) 4,00 (quatro inteiros) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para os dois primeiros trimestres do ano de 2026; (c) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) para os dois últimos trimestres do ano de 2026; (d) 3,0 (três inteiros) para os dois primeiros trimestres do ano de 2027; (e) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) para os dois últimos trimestres do ano de 2027; (f) 2,50

(dois inteiros e cinquenta centésimos) para os dois primeiros trimestres do ano de 2028; (g) 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) para os dois últimos trimestres do ano de 2028, bem como para todos os trimestres subsequentes até a data de vencimento da debênture. Conforme consta nos contratos das emissões, os covenants mensurados estão isentos do resultado da venda de seminovos até o fim do período que se encerra em 31 de dezembro de 2026. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia excedeu o limite previsto nas cláusulas restritivas de índice financeiro nos contratos de empréstimos e financiamentos, pelo fato de a relação Dívida Líquida / EBITDA estar superior ao limite de 3 vezes. Os contratos preveem, em determinadas condições, o vencimento antecipado do saldo da dívida e, dessa forma, as parcelas classificadas no passivo não circulante no valor de R\$ 313.175 (R\$ 342.647 em dezembro de 2024) foram integralmente reclassificadas para o passivo circulante, em conformidade com o CPC 26. A Apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1). No dia 1º de abril de 2025, a Companhia publicou editais de convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) referentes à 1ª e à 2ª emissão de Debêntures, com o objetivo de deliberar sobre a concessão de waiver para o vencimento antecipado decorrente do não cumprimento do índice financeiro mencionado anteriormente. No dia 07 de abril de 2025, a Companhia substituiu os referidos editais, publicando novas convocações para deliberar sobre os seguintes temas: (i) waiver para o vencimento antecipado em função do descumprimento do índice financeiro; (ii) waiver prévio relacionado ao não pagamento da parcela originalmente com vencimento no dia 15 de maio de 2025, referente à 1ª emissão; e (iii) revisão das condições das debêntures, incluindo entre outros pontos, o cronograma de pagamento, a remuneração da dívida e a estrutura de juros, tendo como ponto âncora a variação do IPCA mais juros fixos e com taxa foram aprovados *wavers* temporários quanto aos itens (i) e (ii), vigentes até a deliberação do item (iii), conforme indicados no parágrafo anterior. A assembleia foi, então, suspensa e será retomada no dia 27 de maio de 2025 para deliberação final sobre as alterações contratuais propostas. Em maio, a Companhia foi notificada pelo descumprimento do Montante Mínimo da Garantia de Cessão Fiduciária o que configura hipótese de vencimento antecipado não automático. No dia 13 de maio de 2025, foi publicado novo edital de convocação de AGD, referente à 2ª emissão, visando a deliberar especificamente sobre essa matéria. A Companhia renegociou determinadas obrigações financeiras que se encontravam em descumprimento contratual, tendo obtido, junto aos credores, anuência para não declaração de vencimento antecipado (waiver), bem como a revisão de determinadas condições contratuais.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de juros e inflação. Assim, foram contratadas operações de swap de taxa de juros, tendo como ponto âncora a variação do IPCA mais juros fixos e com taxa passiva a variação do CDI mais juros fixos. O resultado dos swaps é contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos, tendo como base o seu valor justo.

As características específicas dos contratos de derivativos estão assim apresentadas:

	Posição ativa	Posição passiva	Nacional	31/12/2025			31/12/2024		
				Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
Vencimento									
Novembro/2027	IPCA + 12,65% a.a.	100% CDI + 6,00% a.a.	111.111	111.870	124.280	(12.409)	119.317	128.872	(8.555)
Dezembro/2026	USD + 8,45% a.a.	100% CDI + 3,30% a.a.	5.182	4.576	5.038	(462)	4.651	5.117	(466)
Janeiro/2028	USD + 5,50% a.a.	100% CDI + a.a.	5.000	5.199	5.209	(10)	4.933	5.110	(177)
Total				121.293	121.645	134.527	(12.881)	129.501	(9.598)

	Posição ativa	Posição passiva	Nacional	31/12/2024			31/12/2024			
				Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)	
Vencimento										
Novembro de 2027	IPCA + 12,65% a.a.	100% CDI + 6,00% a.a.	166.666	169.914	189.235	(19.321)	184.219	192.109	(7.886)	
Julho de 2027	USD + 9,71% a.a.	IPCA + 6,60% a.a.	67.500	73.416	68.874	4.542	105.221	101.836	3.385	
Dezembro de 2026	USD + 8,45% a.a.	100% CDI + 3,30% a.a.	10.000	10.296	10.059	237	10.540	10.362	178	
Total				244.167	253.626	259.168	(5.542)	299.980	304.303	(4.323)

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

Termos e condições de transações com partes relacionadas

	31/12/2025			31/12/2024		
	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.320	8.407	10.727			
Adições/atualizações	1.459	966	2.425			
Depreciações	(821)	(3.381)	(4.202)			
Baixas	(31)	(31)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.927	5.992	8.919			
Adições/atualizações	3.227	1.872	5.099			
Depreciações	(1.126)	(2.990)	(4.116)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.028	4.874	9.902			

13. ARRENDAMENTO
13.1. Direito de usar A movimentação é apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Total
Adições/atualizações	1.459	966	2.425
Depreciações	(821)	(3.381)	(4.202)
Baixas	(31)	(31)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.927	5.992	8.919
Adições/atualizações	3.227	1.872	5.099
Depreciações	(1.126)	(2.990)	(4.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.028	4.874	9.902

13.2. Passivo de arrendamento: O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.m.	Vencimento final	Valor presente do passivo
Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação da inflação futura média projetada de 3,83%, apresentando a seguinte composição:			
Total			10.748

A movimentação é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Total	183	233

Compreendem-se como ativos de curto prazo e baixo valor, no exercício de 2025, principalmente: Aluguéis com prazo inferior a 12 meses (principal exemplo: imóveis locados para uso de máquinas que trabalham de forma presencial no cliente); aluguel de máquinas para trabalho nas oficinas (principal exemplo: empilhadeiras);

13.2.2. Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

|--|